O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 47 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10221395

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

A RESPONSABILIZAÇÃO DA MULHER PELO CUIDADO COM O FILHO AUTISTA: FATORES HISTÓRICOS E DISCURSIVOS

Helder Sousa Pimenta[1]

Elaine de Moraes Santos[2]

Resumo

A inclusão de pessoas com autismo em escolas de ensino regular, possibilitada pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, tem provocado uma série de novas reflexões por parte dos profissionais de educação. Uma questão que chama a nossa atenção é o protagonismo materno na condução dos filhos com transtorno do espectro autista (TEA), observado pela maciça presença de mães nos diversos espaços ocupados por esse público, inclusive, na escola. Tal observação é reforçada por sua ocorrência em pesquisas das mais diversas áreas, como linguagens, educação e saúde, assim como por sua divulgação por peças midiáticas. No presente texto, temos, por objetivo, adentrar as raízes históricas desse processo de responsabilização da mulher no cuidado com autistas, quer no âmbito familiar, quer no profissional. Teoricamente, tal movimento será realizado por intermédio dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF). No interior dessa vertente, valendo-nos da metodologia arqueogenealógica, problematizamos a concepção, ainda aceita por muitos, de que a mulher teria um "talento natural" para o cuidado com o próximo e sua consequente responsabilização pelo cuidado com o filho autista. Para tanto, focalizamos, em duas Séries Enunciativas (SEs) do documentário "Autismo vida real", regularidades e dispersões que apontam para a subjetificação da mulher. No entrecruzamento dos diversos papéis sociais por ela exercidos, ao longo da história, em diferentes condições de possibilidade, identificamos, como resultado de nossa análise, poderes que se querem exercer sobre a mulher e sobre a estrutura familiar. Concluímos, a partir de tais resultados, que há um arcabouço social, historicamente construído, no sentido de responsabilizar a mulher pelo cuidado, inclusive com pessoas com autismo, que demandam atenção especial.

Palavras-chave: Autismo; Discurso; Maternidade; Mulher-Cuidadora.

Abstract

The inclusion of autistic people in regular schools, made possible by Law No. 12,764, of December 27, 2012, has provoked a series of new reflections by education professionals. An issue that draws our attention is the maternal role in care for children with autism spectrum disorder (ASD), observed by the massive presence of mothers in the various spaces occupied by this group, including the school. This observation is reinforced by its occurrence in research in the most diverse areas, such as languages, education and health, as well as by its dissemination in media pieces. In this text, we aim to delve into the historical roots of this process of making women responsible for caring for autistic people, whether in the family or professional context. Theoretically, this movement will be carried out through Foucauldian Discursive Studies. Within this aspect, using archaeogenealogical methodology, we problematize the conception, still accepted by many people, that women have a "natural talent" for caring for others and their consequent responsibility for caring for their autistic children. To this end, we focus on two Enunciative Series (ESs) of the documentary "Autismo vida real", regularities and dispersions that point to the subjectification of women. In the interweaving of the different social roles played by women, throughout history, in different conditions of possibility, we identified, as a result of our analysis, powers that want to be exercised over women and the family structure. We conclude, based on these results, that there is a social framework, historically constructed, to make women responsible for care, including for people with autism, who require special attention.

Keywords: Autism; Maternity; Speech; Woman.

[1] Professor da Educação Básica. Doutorando em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: helderspimenta@gmail.com

[2] Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: elaine.santos@ufms.br

INTRODUÇÃO

A demanda social por políticas de inclusão tem motivado ações do poder governamental no sentido de possibilitar ou de facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais a locais e a serviços outrora inatingíveis a esse público, embora não faltem discussões que colocam em confronto como algumas políticas de estado apenas promovem a relação entre visibilidade e interdição. Dentre os sujeitos beneficiados por medidas efetivas, têm recebido destaque midiático indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA), seja pela complexidade das características atinentes a sua condição, seja pela grande quantidade de casos recentemente diagnosticados, os quais têm englobado, inclusive, pessoas adultas com relativa notoriedade. O fato é que, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido, por parte de pessoas com TEA, até o pleno exercício do direito, o tema do autismo recebe, hoje, uma exposição sem precedentes.

Dentre os dispositivos legais direcionados aos autistas, destaca-se a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que definiu legalmente que indivíduos com TEA passaram a ter os mesmos direitos de que já gozavam as pessoas com deficiência, amparadas, anos antes, pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nela, estabeleciam-se as diretrizes e bases da educação no Brasil, prevendo, em seu texto, a obrigatoriedade da inclusão de pessoas com deficiência em turmas do ensino regular. As pessoas com autismo, antes da lei de 2012, permaneciam em um limbo jurídico, uma vez que, do ponto de vista clínico, não havia (e ainda não há) um consenso de que o autismo seja uma deficiência (embora não seja incomum que autistas possuam déficits intelectuais associados). A tendência atual é que o autismo seja designado como uma condição, não como uma deficiência, razão pela qual foi necessária uma lei específica que amparasse o grupo. Após a promulgação da referida legislação, pessoas com autismo passaram a exercer, cada vez mais, o direito a ocupar os bancos das escolas de ensino regular.

O atendimento ao público, distribuído ao longo de um espectro amplo e diverso, tem exigido um preparo pelas escolas de ensino básico, por parte de seus profissionais e de sua estrutura – o que, em tempos anteriores, não se verificava. Capacitação de professores, criação de espaços de atendimento especializado, contratação de auxiliares, adaptação das avaliações, enfim, toda uma estrutura tem sido adequada a fim de possibilitar a inclusão efetiva de autistas no ensino regular. A luta de familiares pela adequação dos espaços tem se demonstrado de fundamental importância para sua realização. Da análise de materialidades que tratam do autismo, no campo científico ou em peças midiáticas, percebe-se uma regularidade que tem chamado nossa atenção: a presença predominante de mães de autistas na condução dos filhos à escola e às terapias, além de seu protagonismo na reivindicação de direitos básicos. A

pesquisa realizada no presente texto justifica-se por uma questão motivada por tal observação: por que a mulher tem sido, historicamente, responsabilizada pelas funções de cuidado com outras pessoas?

Cientes das linhas de forças inerentes a essa regularidade, com o presente estudo, temos, por objetivo, adentrar as raízes históricas desse processo de responsabilização da mulher no cuidado com autistas, quer no âmbito familiar, quer no profissional. Com embasamento teórico nos Estudos Discursivos Foucaultianos, por intermédio dos quais se realiza, metodologicamente, uma reflexão arqueogenealógica sobre o tema, buscaremos observar (bio) poderes que atuam sobre diferentes instâncias, com o fito de atribuir à mulher determinadas responsabilidades relacionadas ao cuidado com outrem.

Para tanto, tratamos, na próxima seção, dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF) como perspectiva teórica e da arqueogenealogia foucaultiana como metodologia utilizada em nosso percurso. Na seção seguinte, apresentamos regularidades, em textos de áreas distintas, que indicam a responsabilização da mãe pelo cuidado com os autistas. Por último, em seção dedicada a esse fim, realizamos, sob uma perspectiva mais ampla, uma discussão de aspectos históricos que contribuíram para a subjetificação da mulher como responsável pela vida doméstica e pelo cuidado com outras pessoas, principalmente, a partir da análise de duas Séries Enunciativas (SEs) do documentário "Autismo vida real".

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: ARQUEOGENEALOGIA E SUBJETIFICAÇÕES DA MULHER

Os Estudos Discursivos Foucaultianos constituem-se um campo da linguística teórica e da análise do discurso introduzido por um grupo de trabalho filiado à Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística (Anpoll), em 2018. Seus princípios fundamentam-se na metodologia utilizada por Michel Foucault em muitos de seus estudos, designada arqueogenealogia, conforme Navarro (2011; 2015; 2020). Arqueologia e genealogia são noções que correspondem a períodos distintos dos estudos do filósofo, sendo que a primeira consiste na busca por regularidades em meio a séries enunciativas (FOUCAULT, 2008a); a segunda, à busca pela compreensão das relações de saber e poder (FOUCAULT, 2006) que atuam na formação de séries de discursos.

Da perspectiva da arqueologia, os enunciados são analisados comparativamente enquanto acontecimentos discursivos, os quais seriam componentes de uma rede. Conquanto sejam considerados em sua heterogeneidade e em sua dispersão, tais enunciados podem apresentar regularidades que têm a possibilidade de indicar a existência de uma ocorrência histórica. Quanto à perspectiva genealógica, o

que se procura, por meio desse método de investigação, é compreender a formação de discursos enquanto construção histórica, motivada pela atuação de núcleos de poder no interior de tais redes.

A arqueogenealogia foucaultiana constitui o método utilizado em nossa análise. Por intermédio da identificação de regularidades presentes em duas séries enunciativas recortadas, interrogamos relações de poder que atuam na responsabilização das mulheres pelo cuidado com o autista, subjetificando-as (FOUCAULT, 2008) a fim de exercer poder sobre seus corpos (FOUCAULT, 2014).

O conceito de subjetificação é fundamental para a compreensão de nossa abordagem. Por subjetificação, compreende-se a constituição do sujeito no âmbito discursivo. Assim, ele, sob tal prisma, não se confunde com o indivíduo empírico, físico, de "carne e osso". Interessa-nos o sujeito subjetificado discursivamente, sob a atuação de poderes que o constituem. Assim, nosso estudo adentra modos como a constituição da mulher é subjetificada – no âmbito de discursos que a posicionam como principal responsável pelo cuidado com filhas e filhos autistas.

Para a investigação desse processo, a materialidade escolhida para a análise, como já informado, é o documentário "Autismo vida real", o qual se propõe a retratar, sem romantização, o cotidiano da Associação Fortaleza Azul, dedicada ao atendimento de pessoas com TEA. Algumas características contribuíram para a escolha: sua contemporaneidade em relação à pesquisa, já que o filme foi lançado em abril de 2022; sua facilidade de acesso, uma vez que o vídeo está disponível na plataforma *YouTube*; e o fato de, a partir de uma única materialidade, termos acesso à discursivização do sujeito autista em diferentes domínios, haja vista que o documentário apresenta discursos produzidos por profissionais de saúde, por familiares e por indivíduos com TEA.

De acordo com a descrição do vídeo no *YouTube*, a produção fílmica estreou na plataforma em 30 de abril de 2022, "[...] para construir uma visão real sobre o autismo", e o fez, apresentando o trabalho da FAZ, que "[...] desenvolve atividades de protagonismo e luta pelos direitos dos autistas", por intermédio dos dizeres de especialistas e de familiares, em entrevistas e em arquivos pessoais.

Em uma pesquisa maior, a incursão no documentário perpassa outras esferas de problematizações. No presente recorte, para o seu manuseio, na esteira do objetivo elencado e partindo do método arqueogenealógico, como postula Navarro (2011, p. 285), "[...] o primeiro passo seria a realização de um trabalho de 'acontecimentalização', que demanda a constituição de séries enunciativas e a descrição da relação que elas estabelecem entre si". No encalço da acontecimentalização indicada pelo autor, selecionamos duas séries enunciativas, SE1 e SE2, sendo uma que situa como a maior parte das mães acaba responsável pela condução do tratamento de seus filhos (SE1); outra que escancara as demandas por profissionais cuidadoras na escola (SE2).

O recorte das séries enunciativas possibilita a observação das relações entre seus elementos e, consequentemente, o modo como elas produzem sentidos "[...] na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento" (NAVARRO, 2011, p. 285). Quando se considera que um enunciado, defensor da ideia de que a mulher teria um "talento natural" para o cuidado com o próximo, compõe uma rede com outros enunciados machistas, compreende-se o quanto, nos processos discursivos, pode haver a inscrição de uma memória histórica, de um processo maior, que extrapola os âmbitos do documentário, perpassando, por exemplo, a desvalorização das mulheres (como focalizamos no tópico seguinte) e as relações de poder no âmbito das questões de gênero em nosso país.

Depois da constituição das séries e de seu entrelaçamento, "[...] o segundo passo consiste na [sua] 'desmultiplicação causal'" (NAVARRO, 2011, p. 285, acréscimo nosso). Para tanto, embrenhamos na historicidade dos discursos sobre o cuidado de outrem, no contexto do autismo, a fim de que seja possível "[...] analisar o acontecimento segundo processos múltiplos que o constituem" (NAVARRO, 2020, p. 17), já que, no cerne das engrenagens do patriarcado, pairam múltiplos tipos de desigualdades entre homens e mulheres. Ainda na direção do que estabelece Navarro (2011, p. 286), como terceiro movimento, está a constituição de "[...] uma árvore de derivação enunciativa que possa indicar, por exemplo, a formação do discurso". Na verdade, quando recupera a noção foucaultiana de enunciado reitor, o pesquisador citado está focalizado em outro objeto – primando pela subjetivação do executivo, do professor e do idoso. No caso do nosso estudo, imergir nessa derivação enunciativa implica interrogar, historicamente, quanto à irrupção das mulheres como cuidadoras.

Seguindo as etapas metodológicas, na sequência, fomentamos a procura por "[...] regularidade na dispersão desses acontecimentos e à análise da recorrência enunciativa" (NAVARRO, 2011, p. 287). Assim, essa busca não se restringe à materialidade linguística, haja vista que, na proposta foucaultiana, o enunciado surge de contextos bastante complexos, de redes nas quais se encontram emaranhados elementos linguísticos e não linguísticos. Desse modo, quando se analisa um enunciado, levam-se em conta, também, outros elementos relacionados a ele, no interior dessa rede heterogênea: sujeitos, instituições, leis e locais. O último procedimento metodológico demanda, justamente, a realização de um "[...] exame da espessura material do enunciado" (NAVARRO, 2011, p. 288), adentrando as especificidades da linguagem performada em formulação enunciada. Por meio da espessura material, podemos questionar a própria designação "mulher-cuidadora", levando em conta que, desde a experiência clássica, "[...] a palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma" (FOUCAULT, 1999, p. 135).

Juntos, esses cinco passos, elencados por Navarro (2011; 2020) – um dos grandes representantes dos EDF no Brasil, permitem-nos problematizar a referida responsabilização da mulher

no cuidado com autistas, quer no âmbito familiar, quer no profissional. Cabe ressaltar que, apesar de termos enumerado os procedimentos em uma ordem que pode parecer linear, para movimentá-los, analiticamente, assumimos outra lógica de aparecimento. Primeiro, na seção "A historicidade do cuidado com outrem", perpassamos a 'desmultiplicação causal'", com vistas às descontinuidades desse movimento social de cuidar. Na seção seguinte, entretecemos o resgate à acontecimentalização, com as duas séries enunciativas recortadas, de maneira a adentrar as regularidades na dispersão dos acontecimentos que permeiam a derivação enunciativa e a espessura material inerentes às condições de possibilidade da designação "mulher-cuidadora". Trata-se, em suma, de não perder de vista que, sob o escopo adotado, os enunciados são analisados enquanto acontecimentos discursivos componentes de uma rede; de forma que, embora considerados em sua heterogeneidade e em sua dispersão, apresentam regularidades que podem indicar a existência de uma ocorrência histórica maior, para além das mães de autistas.

A HISTORICIDADE DO CUIDADO COM OUTREM

A situação, invariavelmente delicada, dos desafios oriundos do diagnóstico do autismo, impacta decisivamente a vida familiar, conforme se verifica em estudos do campo das linguagens (TELLES, 2016), da educação (NASCIMENTO, 2016) e da saúde (PINTO *et al*., 2016), entre outros. Questões similares podem ser observadas em peças de mídia voltadas para a conscientização da população a respeito do autismo, como o documentário "Autismo vida real".

Adentrando a "desmultiplicação causal", explicitada na seção metodológica, retomamos como Telles (2016) trata das dúvidas enfrentadas por familiares quanto a seus lugares diante de um filho. A insegurança atinge, em especial, as mulheres, que passaram, ao longo do século XX, por uma mudança radical de paradigma no que diz respeito a seus papéis sociais no âmbito público e no privado. O ingresso em massa da parcela feminina da população no mercado de trabalho resultou em múltiplas jornadas por parte desse público, que não deixou, de modo geral, de ser responsável pelo serviço doméstico, o que inclui o cuidado com os filhos. No caso de um filho autista, que apresenta necessidades específicas quanto à educação e à condução para as terapias, esses encargos tendem a recair sobre as mães de modo ainda mais evidente. Seperak Viera (2018), ao resgatar como as pessoas cuidadoras primárias informais (CPI) podem sofrer a sintomatologia da chamada "síndrome do cuidador", que inclui desequilíbrio e desgaste físico e psicológico, reforça que tal condição acomete, em sua maioria, as mães, que acabam ocupando essa posição de prestar apoio informal à criança com TEA.

No campo da saúde, mais especificamente da enfermagem, observam-se dificuldades enfrentadas por familiares no que tange à frequente demora na conclusão do diagnóstico clínico do autismo (PINTO *et al*., 2016). Trata-se de uma condição de difícil diagnóstico, o qual é baseado em observação clínica, realizada, geralmente, por um neurologista, que pode contar com pareceres de uma equipe multiprofissional, composta de membros do campo da psicologia, da fonoaudiologia, da psicopedagogia etc. (LACERDA, 2017). O processo costuma ser bastante estressante porque, se por um lado, a família necessita da formalização por um laudo médico para que o filho autista tenha a possibilidade de gozar dos direitos a ele garantidos por lei (nos âmbitos da saúde e da educação, por exemplo), por outro, enquanto não se concretiza, há, em muitos casos, uma tendência, por parte dos familiares, de alimentar a (muitas vezes, falsa) esperança de que o filho não seja, de fato, um indivíduo com TEA. É, por conseguinte, uma situação que desestabiliza a família, as mães em especial, que são, via de regra, as responsáveis pela condução dos filhos para a realização das investigações clínicas dos casos. Rivières-Pigeon (2016), por sua vez, alerta o quanto a análise das dimensões materiais, cognitivas e emocionais do trabalho de cuidado perfazem uma espécie de primeiro passo ou de passo elementar na compreensão das demandas familiares em tais contextos.

Já Nascimento (2016) chama a atenção para a desestruturação familiar que resulta, em algumas situações, do diagnóstico do autismo. A pesquisadora, que trabalha com alfabetização em uma clínica-escola do autista, aponta para casos, infelizmente frequentes, nos quais os pais abandonam os lares, e as mães tornam-se as únicas responsáveis por todos os cuidados com filhos e filhas.

Aliás, não falta quem atribua à mulher algo como um "talento", um "dom" ou, mesmo, um "instinto" para o cuidado com outras pessoas. Seria essa, de fato, uma capacidade inata do sexo feminino ou uma construção histórica, fruto de séculos de subjetificação da mulher nos mais diversos campos, como o filosófico, o religioso e o científico, no sentido de atribuir a ela esse tipo de obrigação? Acreditamos que essa pergunta demanda uma reflexão a partir de aspectos históricos e discursivos.

Antes, é necessário compreender a concepção foucaultiana de história. Segundo o filósofo (FOUCAULT, 2008a, p. 293), "[...] a história não é [...] uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros". Haveria, portanto, sob essa ótica, uma miríade de cenários, em meio aos quais seria possível perceber múltiplas continuidades emaranhadas, cada uma das quais comportaria acontecimentos diversos. Não há, nessa concepção, uma linearidade de acontecimentos, uma vez que eles partem de múltiplas causas e seguem em direções distintas, em contextos variados. Assim, quando nos propomos a problematizar a subjetificação da mulher sob o prisma histórico, não temos a pretensão de retratar algo que seria *a* história, mas *uma* das conjunturas constitutivas de um todo.

Já adiantamos que a mãe é frequentemente discursivizada, em diferentes materialidades, como principal responsável pelo cuidado com o filho autista. Tal responsabilização se dá em um contexto mais amplo, em que a mulher é, usualmente, incumbida de cuidar de outras pessoas, no ambiente domiciliar e no âmbito profissional. Filhas jovens costumam receber o encargo de assumir atividades domésticas (e demandas com irmãs e irmãos mais novos, quando há) na ausência dos pais que trabalham fora; e filhas adultas comumente se responsabilizam por pais idosos, mesmo que possuam membros da família, do sexo masculino, que poderiam também assumir essa tarefa.

Trata-se de realidades provenientes, muito provavelmente, de um arcabouço social, já tradicional, no qual o papel do homem seria o de provedor e o da mulher, o de administradora do lar. Tal papel feminino é tão consolidado historicamente que a mulher, ao ingressar no mercado de trabalho, passou a realizar "serviço doméstico" fora de casa: as vagas para ofícios que visam ao cuidado com pessoas ou com residências alheias são, em sua maioria, ocupadas por mulheres, e permanecem, de maneira geral, desvalorizadas economicamente, ao serem contempladas com menores médias salariais. Mesmo quando a mulher atua na esfera da produção científica, há uma tendência a desafios atinentes à maternidade, à vida doméstica e a questões salariais (RODRIGUES *et al*., 2021). Tal desigualdade também pesa sobre os ombros da mulher no campo do empreendedorismo (SANTOS *et al*., 2022).

Por que motivos ocorreriam esses fenômenos? Embora seja atuante em todas as esferas profissionais, na atualidade, a mulher continua a ser responsabilizada, na maior parte dos casos, pelos afazeres domésticos. Conforme Federici (2021), a família e o trabalho doméstico seriam esteios da produção capitalista, apesar de o ofício do lar ser considerado, na prática, uma assistência pessoal, já que, por não ser assalariado, é "alheio ao capital". A filósofa afirma que a força de trabalho é gerada e mantida na instância doméstica: a trabalhadora do lar tem a função de gerar e criar filhos, que são a futura mão de obra a ser absorvida pelo sistema capitalista; além de, ao dar suporte ao esposo, "[...] servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais" (FEDERICI, 2021, p. 28). Então, "[...] a família, como a conhecemos no Ocidente, é uma invenção do capital para o capital" (FEDERICI, 2021, p. 32). A assertiva nos conduz à reflexão de que o papel da mulher no contexto em discussão não é um fato aleatório, mas uma realidade cuidadosamente planejada e executada a fim de atender a objetivos mais amplos nas engrenagens do sistema.

Apesar das recentes conquistas proporcionadas pelas lutas feministas, a atribuição, às mulheres, da responsabilidade pelos ofícios do lar é encarada, socialmente, com tamanha naturalidade que, como já apontamos anteriormente, é possível afirmar que trabalho doméstico e feminilidade se fundiram a tal ponto que elas tendem a levar suas supostas "habilidades" para o mercado profissional. Mulheres saem de suas residências a fim de realizar mais trabalho doméstico, que é, não por acaso, habitualmente

rotulado "trabalho de mulher". Uma divisão funcional, que tem sua gênese na intimidade do lar, projeta-se no mercado e resulta em mais desigualdade social, haja vista que, como já mencionamos, as profissões que se relacionam ao trabalho doméstico costumam ser desvalorizadas e remuneradas com salários mais baixos – o que Federici (2021) considera um dos fatores do por ela denominado "patriarcado do salário". Tal divisão sexual do trabalho, que resulta em uma desigualdade econômica e social, impactando, diretamente, a mulher (SCHUH; SILVA, 2021).

O reconhecimento, pleiteado por lutas feministas, de que o trabalho doméstico é uma ação fundamental para a existência das demais atividades profissionais apresenta-se como uma ação ainda mais necessária a partir da constatação de que a trabalhadora do lar é tradicionalmente marginalizada, inclusive, pelo pensamento das esquerdas. Federici (2021, p. 74) aponta que até mesmo "Marx não estava imune à tendência patriarcal de considerar o trabalho reprodutivo das mulheres uma atividade natural, instintiva, quase biológica", embora o método materialista marxista seja um dos alicerces do pensamento feminista, por ter possibilitado a compreensão de que a subordinação social (entre elas, a que é imposta às mulheres) é um produto histórico, embasado em uma organização específica das relações de trabalho.

Para Badinter (1985, p. 26), "[...] é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho". Segundo a filósofa, ao longo dos últimos séculos, tais papéis têm passado por constantes modificações, em meio a uma dispersão operada pelos poderes (FOUCAULT, 2006) que se projetam sobre a estrutura familiar, para dela se beneficiarem.

O protagonismo feminino (especialmente o materno) emerge, pois, como regularidade em meio a discursos dispersos, de diferentes áreas do conhecimento. Surge, a partir dessas reflexões, a inevitável questão: quais seriam as condições de emergência relativas ao fato de esse papel social de responsável por cuidar ter sido imposto à mulher?

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DA DESIGNAÇÃO "MULHER-CUIDADORA"

O já mencionado documentário "Autismo vida real" apresenta relatos de situações nas quais mães se viram obrigadas a deixar seus empregos e seus estudos para cuidar das crianças. Mesmo quando ocorre a entrevista de um pai, discursiviza-se a esposa como alguém que possui, como principal incumbência, o encargo da criação do filho. A própria instituição retratada pelo documentário, Associação Fortaleza Azul (FAZ), especializada no atendimento de autistas, teria sido fundada,

conforme dizeres enunciados no filme, por mães de autistas que se encontravam, com frequência, em salas de espera de consultórios. Pelo processo de "acontecimentalização", no interior da metodologia discursiva adotada neste trabalho, o protagonismo materno, nesses casos, pode ser verificado em séries enunciativas do documentário, como a transcrita, a seguir:

> SE 1
> 40:01 Então a gente, as mães, trocam muito. Digo mães porque ainda
> 40:05 é uma realidade a maior parte das mães conduzir o tratamento e a educação dos
> 40:11 seus filhos.

Na SE 1, os enunciados, produzidos por um sujeito identificado pelo documentário como "cofundadora da FAZ", discursivizam a presença predominante de mães na condução dos filhos à escola e à terapia, remetendo essa responsabilização à espessura material "realidade", em uma formulação que pode suplantar as "margens" da peça documental, enquanto alusão a fenômenos comuns no cotidiano de muitas famílias brasileiras. Na direção dessa referência, há a inclusão de si, com o "a gente" e a menção à coletividade pluralizada, com os "as mães" Acionando a derivação enunciativa para compreender formação do discurso acerca da mulher como cuidadora, resgatamos Badinter (1985) que, em estudo histórico e filosófico, demonstra que as relações familiares, em especial, entre mãe e filhos, nem sempre se sucederam como hoje as conhecemos. Sem questionar a legitimidade do afeto dispensado, no presente ou em qualquer época, pelas mães às crianças, a pesquisadora propõe que tal relação é construída sobre alicerces socialmente convencionados, e não sobre uma base natural, meramente instintiva.

De acordo com a filósofa, era corriqueiro, na França dos séculos XVII e XVIII, que bebês recém-nascidos fossem enviados a amas de leite a fim de serem por estas criados até a idade de cinco anos, período durante o qual não tinham qualquer contato com seus familiares. A aristocracia e a burguesia mais abastada tinham por hábito contratar amas domésticas (o que não aumentava substancialmente o convívio das crianças com os pais, que passavam a maior parte do tempo alheios às presenças dos pequenos), porém a imensa maioria da população trabalhadora dos grandes centros enviava os filhos a amas da periferia ou do interior, em localidades, muitas vezes, remotas e de difícil acesso. Tais profissionais, por possuírem, via de regra, menos recursos e menos estrutura, ofereciam um serviço, por isso mesmo, mais barato. No Brasil colonial e imperial, ocorriam casos semelhantes aos das famílias ricas da França: era comum que as senhoras das casas-grandes, geralmente de ascendência europeia, delegassem a função da amamentação, além de outros cuidados maternos, a amas de leite escravizadas (FREYRE, 2001), que tiveram, em função desse contato íntimo com os filhos das famílias de fazendeiros, papel decisivo na formação da cultura brasileira.

O hábito adquirido pelas mães francesas, no período mencionado, de não amamentar os próprios filhos, foi instituído por razões diversas, variáveis, principalmente, em função da classe social. Da perspectiva das famílias possuidoras de mais recursos financeiros, a contratação de amas ocorria porque a amamentação, assim como o próprio exercício da maternidade, eram consideradas, na época, atividades vulgares, que traziam prejuízo à vida social das mães. Mulheres instruídas dos estratos médios da população, por sua vez, evitavam a maternidade e a amamentação por considerarem que tais atividades prejudicavam seu progresso intelectual.

Já para a classe trabalhadora, as opções eram bem mais restritas: esposas de artesãos e de operários tinham a necessidade de trabalhar com seus maridos e, por isso mesmo, enviavam, com grande frequência, seus bebês para as amas. De acordo com Badinter (1985, p. 74), "[...] para os casais mais pobres da sociedade, o filho chega a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais. Não lhes resta, portanto, outra escolha senão livrarem-se dele". Por esse motivo, os filhos dos mais pobres eram enviados às amas mais sobrecarregadas, menos cuidadosas e com menos recursos – o que reduzia decisivamente suas chances de sobrevivência.

Passados cinco anos, as crianças sobreviventes voltavam para seus lares por um breve período para, em seguida, serem, em sua maioria, enviadas a colégios internos, no caso dos meninos, ou a conventos, no caso das meninas. Nos termos de Badinter (1985, p. 119):

> No século XVII e sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais. Podemos dizer, desde já, que o filho do comerciante ou do artesão, como o do magistrado ou do aristocrata da corte, conhecerá uma solidão prolongada, por vezes a falta de cuidados e com frequência um verdadeiro abandono moral e afetivo.

A postura de não se responsabilizar pelo cuidado com os próprios filhos, adotada pelos franceses durante aproximadamente dois séculos, resultou em consequências drásticas. Nesse ínterim, a taxa de mortalidade infantil no país, de acordo com Badinter (1985), passou de 50%, tendo chegado a absurdos 87% em algumas localidades. A hecatombe atingia crianças provenientes de todas as classes sociais, mas se projetava com maior intensidade sobre os filhos dos trabalhadores. Por possuírem menos recursos, só lhes restava contratar amas que eram justamente as que "cuidavam" de uma maior quantidade de crianças ao mesmo tempo, com o objetivo de potencializar os lucros. Ademais, as amas que menos cobravam por seus serviços residiam, em geral, em localidades distantes dos grandes centros urbanos, e os bebês eram enviados a elas assim que nasciam, independentemente da estação do ano e

das condições climáticas, razões pelas quais muitos não sobreviviam nem mesmo ao percurso até seu destino.

A alta mortalidade, que, segundo Badinter (1985), foi encarada, pelos franceses, durante os séculos XVII e XVIII, como um fato pouco relevante, passou a ser vista, pela administração do Estado, como um evento digno de preocupação. O morticínio dos filhos de trabalhadores, que, de acordo com a lógica capitalista, deveriam ser os substitutos de seus pais quando chegassem à idade adulta, no mercado produtivo, resultou, com o passar dos anos, na falta de braços para ocupar os postos de trabalho e para realizar a defesa das fronteiras. A nova demanda estatal passou a ser, por conseguinte, a sobrevivência dos pequenos e, como se pode verificar, tal imperativo não se deu por razões humanitárias, e sim por motivações mercantis. Nesse viés, a França passou a adotar medidas que tinham por fito incentivar a amamentação, a fim de que as mães mantivessem os filhos junto de si. A modificação nos hábitos das famílias francesas operou-se em ritmo lento e gradual, conforme afirma Badinter (1985, p. 144):

> É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte [...] Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Alguns, mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil.

Desse modo, os poderes do Estado passaram a contar com a colaboração dos saberes legitimados de filósofos, religiosos, de cientistas e de outros estudiosos a fim de constituir, discursivamente, uma nova subjetificação da mulher. Badinter (1985) informa que a filosofia, por exemplo, passou a exaltar as virtudes morais das mulheres que, de forma abnegada, dedicavam a vida aos filhos e ao lar. A igreja, por sua vez, pregava que os sofrimentos e sacrifícios da maternidade seriam uma penitência a ser paga em função do pecado original. Anos mais tarde, ainda de acordo com a autora, a psicanálise estabeleceu que a passividade e o masoquismo seriam características inatas das mulheres, consequentemente, considerando como normal e padrão a mulher submissa afeita ao sofrimento. Assim, como fruto de um longo processo, constituiu-se discursivamente a mulher enquanto um sujeito talhado para suportar os sacrifícios e as privações da maternidade devido a características que lhe seriam inerentes, instintivas, algo como um dom divino, que traduziria sua elevação moral. Estabelecia-se, por conseguinte, uma dicotomia patologizante entre o que seria uma mãe “normal” e uma mãe “desnaturada”.

A conveniente inflação da autoridade materna no âmbito doméstico, em detrimento da outrora reinante autoridade paterna, trouxe, ainda, outras consequências para as mulheres. Nesse sentido, a mãe passaria a ser recompensada (ou punida) pelos possíveis resultados da criação dos filhos: da mesma forma que ela receberia o mérito por um filho saudável e honesto, seria também dela, em contrapartida, a culpa por seus possíveis desajustes. A responsabilização estendeu-se também à organização do lar: costuma-se conferir à mulher o reconhecimento por um lar organizado e funcional, da mesma maneira que a ela é atribuído o ônus por uma casa desordenada. Logo, percebe-se que o impulso dado a uma aparente autoridade materna sobre o lar estabeleceu-se visando justificar a crescente responsabilização feminina sobre a totalidade dos eventos domésticos.

No documentário em análise, a regularidade na dispersão dessa situação, que reflete a responsabilização da mulher, tem recorrência enunciativa não somente no âmbito familiar, mas também no profissional, como se pode ver na segunda série enunciativa recortada para este texto:

> SE 2
> 44:25 A minha maior dificuldade nesse momento é tanto a questão das atividades adaptadas para elas como para outras crianças
> 44:30 também, dentro da escola, como a demanda também da questão de auxiliar de sala,
> 44:34 cuidadora, que é a nossa maior dificuldade na escola. Ou não tem
> 44:40 profissional suficiente ou simplesmente a gente solicita e não chega.

Na SE2, aos 44min 34s, discursiviza-se, da posição-sujeito mãe de autista, que há uma demanda não suprida por cuidadoras, que é como a enunciadora denomina o profissional auxiliar de sala. Compreendemos que, na espessura material desse enunciado, a emergência da flexão de gênero feminino não é uma opção meramente morfológica, mas uma regularidade que aponta para a maior presença de mulheres no cuidado com pessoas, seja no contexto familiar, seja no profissional. Reflexões motivadas pela análise desta e da série enunciativa anterior provocam as seguintes perguntas: por que mães, e não pais? Por que cuidadora, e não cuidador?

Na atualidade, as mulheres estão plenamente integradas ao mercado de trabalho e já são presença predominante nos bancos universitários, o que é fruto de um longo processo ocorrido desde o início das lutas feministas e após alguns avanços científicos, como a criação da pílula anticoncepcional. Entretanto, os progressos ocorreram sem que, em linhas gerais, o trabalho doméstico deixasse de ser uma obrigação quase exclusiva do público feminino, em especial das que optam pela maternidade. Badinter (1985) informa que as mulheres que trabalham fora encontram-se entre as que mais aderem à amamentação. Essa realidade impõe a elas jornadas duplas ou triplas de trabalho que, em muitos casos, só são aceitas em função da subjetificação da mulher, construída ao longo de séculos, estabelecedora de

obrigações extenuantes enquanto atribuições “naturais” do sexo feminino. Em relação a tal panorama, Badinter (1985, p. 346) afirma:

> Duzentos anos de ideologia materna e o desenvolvimento do processo de "responsabilização" da mãe modificaram radicalmente as atitudes. E, mesmo quando trabalham, as mulheres do século XX permanecem infinitamente mais próximas dos filhos e preocupadas com eles do que as de outrora. Uma vez mais, porém, temos a prova de que a maternidade não é sempre a preocupação primeira e instintiva da mulher; de que não necessariamente o interesse da criança prevaleça sobre o da mãe; de que, quando são libertadas das imposições econômicas, mas têm ambições pessoais, as mulheres nem sempre escolhem — longe disso — abandoná-las, ainda que por apenas alguns anos, pelo bem da criança. Parece, portanto, que não há comportamento materno suficientemente unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna "em si".

Cientes do caráter não instintivo, a que se refere a autora citada, entendemos que os papéis socialmente delegados à mulher e ao homem, no contexto familiar e no profissional, nada têm de “inatos”. Em resumo, as atribuições são fruto de aparatos sociais que se modificam, com o passar do tempo e com as mudanças de conjuntura, em proveito dos poderes que se exercem sobre a estrutura familiar e que dela se beneficiam. O fato de o cuidado com outrem ter se tornado, regularmente, obrigação de mulheres, sejam elas as próprias mães, sejam elas funcionárias de estabelecimentos, como escolas, clínicas e hospitais, é, portanto, resultado de séculos de subjetificação da mulher, cujo processo não se deveu ao acaso. Quando se trata do cuidado com autistas, o nível de exigência adquire outro relevo, em vista do alto grau de necessidade de suporte normalmente demandado por esse público.

Além disso, o arranjo familiar em que o homem é o provedor e que a mulher é a responsável pelo lar, ainda bastante presente em nossa sociedade, é mais uma das divisões de gênero que são historicamente infligidas à classe trabalhadora, com o objetivo de disciplinar (FOUCAULT, 2014) tanto as mulheres quanto os homens. Sobre isso, diz Federici (2021, p. 33):

> A família é, em essência, a institucionalização de nosso trabalho não assalariado, de nossa dependência não assalariada dos homens e, portanto, a institucionalização de uma divisão no interior da classe trabalhadora que disciplinou também os homens. Pois nossa condição de não assalariadas, nossa dependência econômica, manteve os homens presos a seus empregos, garantindo que, se quisessem recusar trabalho, seriam confrontados com a esposa e com as crianças que dependiam do seu salário.

A explicação de Federici (2021) ratifica, por conseguinte, uma condição que impõe às esposas/trabalhadoras domésticas uma dependência econômica em relação aos maridos e a eles, uma dependência, causada pela necessidade de sobrevivência de toda a família, em relação aos empregos e a suas condições, frequentemente, bastante desvantajosas. Novamente, percebem-se princípios do

patriarcado atuando em prol da estrutura capitalista e em prejuízo da classe trabalhadora, por meio de sua divisão e de seu consequente enfraquecimento.

Por fim, retornando à nossa questão inicial, compreendemos, com base nas reflexões realizadas, que a divisão de funções imposta a homens e mulheres na intimidade do lar e, como efeito, projetada no mercado de trabalho, é resultado de subjetificações que visam ao enfraquecimento dos trabalhadores em benefício do capital. A segregação tem reflexos nos mais diversos campos da vida social, inclusive em uma faceta que interessa, especificamente, à nossa pesquisa: ao fato de as mulheres, ainda hoje, serem as principais responsáveis pela condução e pelo acompanhamento de filhos autistas (que, em grande percentual, possuem pouquíssima autonomia) à escola, às terapias e a outros locais por onde esses sujeitos, porventura, circulem em seu cotidiano. Entendemos que esse papel feminino é social e historicamente constituído, que nada tem de inato, muito menos de casual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos, no presente estudo, que o papel feminino no cuidado com outras pessoas (e, em especial, com filhas e filhos autistas) tem profundas raízes históricas e sociais, atendendo a interesses políticos e econômicos que se projetam sobre a estrutura familiar. A regularidade da presença dessas mães, nas mais diversas instâncias ocupadas por pessoas com autismo, é um resultado particular de todo um processo que subjetifica a mulher a fim de atribuir-lhe funções domésticas que limitam suas atuações em outros contextos.

O contato com a temática surgiu de questões ontológicas de docentes que sentiram a necessidade de realizar pesquisas a respeito do autismo a fim de atuar, com maior propriedade, no sentido de atender às demandas de seus estudantes autistas. Um dos fatos que chamam a atenção, na prática cotidiana, é justamente a presença predominante de mães em reuniões e em outros momentos da vida estudantil dos filhos autistas.

Perpassando, metodologicamente, os cinco passos descritos por Navarro (2011), a saber – acontecimentalização, desmultiplicação causal, derivação enunciativa, regularidade/recorrência e espessura material – a partir do recorte analítico promovido neste texto, pudemos verificar, como resultado de nossa análise, que o papel social da mulher no cuidado com outras pessoas é uma construção histórica cuidadosamente engendrada ao longo de séculos, durante os quais a mulher tem sido subjetificada e ressubjetificada a fim de ser responsabilizada pelo cuidado no âmbito doméstico e no âmbito profissional. Essa responsabilização, discursivizada em domínios como o filosófico, o científico e o religioso, pode ter algumas motivações, via de regra, de caráter econômico.

O principal aspecto observado diz respeito a uma divisão operada nos papéis reservados ao homem e à mulher no mercado de trabalho. A mulher tende a receber salários, em média, mais baixos que o do homem, o que a desencoraja, em muitos casos, da busca por empregos e a torna dependente de um marido provedor, o que, por outro lado, mantém esse trabalhador subordinado às condições de sua profissão, sejam elas quais forem, uma vez que há uma dependência de toda a família em relação a seus proventos. Além disso, foi possível observar, nas análises procedidas, um fenômeno também aparentemente consolidado: o fato de as vagas profissionais que envolvem cuidado serem ocupadas majoritariamente por mulheres. Outros estudos abordam dificuldades impostas à mulher no mercado de trabalho, como Federici (2021), Rodrigues *et al*. (2021), Schuh e Silva (2021) e Santos *et al*. (2022). Tudo isso se reflete na realidade que interessa, especificamente, à nossa pesquisa: o cuidado com crianças com autismo é atribuído, essencialmente, a mulheres, seja no contexto doméstico, seja no profissional.

Concluímos, a partir do percurso realizado para a produção do recorte, que o cuidado com as famílias das pessoas com autismo e, em especial, com as mães, deve ser uma preocupação constante dos profissionais que trabalham junto a esse público. Elas, frequentemente fragilizadas por situações nas quais seus filhos sofrem as mais diversas formas de restrição e de interdição, necessitam de ambientes que lhes proporcionem acolhimento e compreensão, e esse é um papel de extrema relevância a ser desempenhado, em especial, pelas escolas. Profissionais que atuam junto dessas mães necessitam de tal consciência a fim de lidar, com zelo e com tato, com quem sente, na pele, a marginalização sofrida por filhos e filhas: as mulheres. Por mais que estudantes autistas sejam o centro de certas preocupações que dizem respeito à educação inclusiva, a figura materna (às vezes, ocupadas por avós, madrinhas ou tias), já tão sobrecarregada em seu dia a dia, não pode, de modo algum, ser negligenciada, merecendo um olhar mais diligente e afetuoso por parte do poder de estado, das Políticas Públicas, por parte de toda a sociedade.

A nosso ver, para fazer avançar questões relativas ao processo descrito aqui, pesquisas futuras podem seguir os trilhos do que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), já contemplou como tema de redação, na edição de 2023: “Os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Na proposta, a questão da “mulher-cuidadora” emerge em vários âmbitos, que não apenas o cenário das famílias com casos de TEA, mas a visibilização, a regulamentação, a remuneração e o respeito às especificidades desse ofício ainda estão por serem consolidados, investigados e historicizados.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01/09/2023.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01/09/2023.

BRASIL. **Nota técnica n. 24, de 21 de março de 2013**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01/09/2023.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

FOUCAULT, M. "Poder e saber". *In*: MOTTA, M. B. (org.). **Michel Foucault**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LACERDA, L. **Transtorno do espectro autista**: uma brevíssima introdução. Curitiba: Editora CRV, 2017.

NASCIMENTO, G. S. R. **Método de alfabetização para alunos autistas (MAPA)**: alternativa da clínica-escola do autista (Dissertação de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão). Niterói: UFF, 2016.

NAVARRO, P. "Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos". **Revista Estudos Linguísticos**, vol. 1, 2020.

NAVARRO, P. "Por uma análise arqueogenealógica do discurso". *In*: BARONAS, R. L. (org.). **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas: Editora Pontes, 2015.

NAVARRO, P. "Práticas discursivas de subjetivação: dispositivos de análise". *In*: PIOVEZANI, C. *et al*. (orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2011.

PINTO, R. N. M. *et al*. "Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares". **Revista Gaúcha de Enfermagem**, vol. 37, 2016.

RIVIÈRES-PIGEON, C. **Le travail domestique et de soin réalisé par les mères et les pères d'enfants présentant un trouble du spectre de l'autisme (TSA) au Québec**. Québec: IREF, 2016.

RODRIGUES, L. L. G. C. *et al*. "Do presente ao futuro: a mulher na ciência brasileira". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 7, n. 21, 2021.

SANTOS, N. M. *et al*. "Female entrepreneurship in Brazil: how scientific literature shapes the sociocultural construction of gender inequalities". **Humanities and Social Sciences Communications**, n. 360, 2022.

SCHUH, T. J.; SILVA, M. G. "Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 14, 2021.

SEPERAK VIERA, R. A. "Influencia de la resiliencia en la sobrecarga subjetiva de madres de niños con trastorno de espectro autista". **Revista de Psicología**, vol. 6, n. 1, 2018.

TELLES, C. M. A. **Autismo**: um acontecimento discursivo (Tese de Doutorado em Linguística). São Carlos: UFSCar, 2016.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 47| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima